

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 282

**DIAGNÓSTICO DO PROCESSO MIGRATÓRIO NO BRASIL 1:
COMPARAÇÃO ENTRE NÃO-MIGRANTES E MIGRANTES**

André Braz Golgher

Fevereiro de 2006

Ficha catalográfica

314.7(81) Golgher, André Braz.
G625d Diagnóstico do processo migratório no Brasil
2006 1: comparação entre não-migrantes e migrantes /
André Braz Golgher - Belo Horizonte:
UFMG/Cedeplar, 2006.

45p. (Texto para discussão ; 282)

1. Migração interna – Brasil. 2. Brasil –
População. I. Universidade Federal de Minas
Gerais. Centro de Desenvolvimento e
Planejamento Regional. II. Título. III. Série.

CDU

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**DIAGNÓSTICO DO PROCESSO MIGRATÓRIO NO BRASIL 1:
COMPARAÇÃO ENTRE NÃO-MIGRANTES E MIGRANTES***

André Braz Golgher*

Professor e Pesquisador do Cedeplar/FACE/UFMG

CEDEPLAR/FACE/UFMG

BELO HORIZONTE

2006

* Este material é baseado em trabalhos realizados com o apoio e contribuição da The United States Agency for International Development (AID), e com um subcontrato da Broadening Access and Strengthening Input Market Systems (BASIS) / Collaborative Research Support Program (CRSP)/University of Wisconsin – Madison conferida para o Regents of the University of California, Riverside. As opiniões, comentários, conclusões e recomendações são de responsabilidade exclusiva dos autores e não necessariamente são as mesmas do Regents of the University of California, BASIS/CRSP e/ou AID.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
COMPARAÇÃO ENTRE MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES	11
Diferenciais de sexo	12
Idade.....	14
Raça.....	17
Escolaridade.....	19
Renda	23
Setor de atividade.....	27
Relação no domicílio	33
Setor urbano/rural	40
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

RESUMO

Este estudo é o primeiro de uma série de quatro análises descritivas sobre o processo migratório no Brasil. Essa série pretende servir de base para estudos analiticamente mais sofisticados e complementares aos apresentados aqui. O objetivo desse trabalho é comparar não-migrantes e migrantes em aspectos como: sexo, idade, raça, escolaridade, renda, setor de atividade, relações no domicílio e grau de urbanização.

Verificou-se que esses dois grupos diferiam em muitos aspectos e algumas das diferenças observadas são citadas abaixo. Os migrantes apresentaram um predomínio do sexo feminino maior do que os não-migrantes. Jovens tendem a ser mais moveis que idosos. Quando se compararam os grupos segundo a raça, não foi observada uma tendência clara de maior mobilidade de qualquer um deles. Pessoas com maior escolaridade e renda aparecem em maiores proporções entre os migrantes. O domicílio do migrante difere em muito com relação ao do não-migrante. Para esse último grupo, a família nuclear com casal e filhos é numericamente mais significativa do que para migrantes. Por outro lado, os migrantes aparecem em maiores proporções como extensão da família.

ABSTRACT

This analysis is the first one of four descriptive studies that discussed the migratory process in Brazil. The main objective of this series is to give data support for other complementary and analytically more sophisticated studies. Here migrants and non-migrants are compared in aspects such as: sex, age, race, schooling, income, economic sector, household relations and urbanization degree.

These two groups showed some differences and a few of them are cited below. The migrants presented a greater proportion of women than non-migrants. Young people showed greater mobility than elderly ones. When different race groups were compared, it was not observed any clear tendency. Persons with more formal schooling and higher income are overrepresented in the migrants group. The migrant household differs from the non-migrants one. The latter is mainly composed of a nuclear family, while the former show greater proportions of extensive households.

JEL: R23, J11, J60

SIGLAS DOS ESTADOS

Estado	Sigla
Acre	AC
Alagoas	AL
Amapá	AP
Amazonas	AM
Bahia	BA
Ceará	CE
Distrito Federal	DF
Espírito Santo	ES
Goiás	GO
Maranhão	MA
Mato Grosso	MT
Mato Grosso do Sul	MS
Minas Gerais	MG
Pará	PA
Paraíba	PB
Paraná	PR
Pernambuco	PE
Piauí	PI
Rio de Janeiro	RJ
Rio Grande do Norte	RN
Rio Grande do Sul	RS
Rondônia	RO
Roraima	RR
Santa Catarina	SC
São Paulo	SP
Sergipe	SE
Tocantins	TO

INTRODUÇÃO

Este estudo é o primeiro de uma série de quatro análises introdutórias sobre o processo migratório no Brasil que pretende servir de base para estudos analiticamente mais detalhados. Neste trabalho serão comparados não-migrantes e migrantes. O objetivo é apresentar algumas das diferenças entre esses dois grupos em aspectos como: sexo, idade, raça, escolaridade, renda, setor de atividade, relação no domicílio e setor urbano/rural.

O texto foi dividido em 10 partes. A primeira é essa introdução geral sobre o migrante. Em seguida, são apresentadas 8 seções, cada uma abordando um dos aspectos citados acima. Por fim, é feita a conclusão do trabalho.

Os três outros textos desta série introdutória complementam a análise descritiva geral da migração no Brasil. O primeiro dentre esses aborda as trocas de população entre as Unidades da Federação. O seguinte procura discutir as diferenças quantitativas entre os diferentes tipos de fluxo, urbano-urbano, rural-urbano, urbano-rural e rural-rural, também para estados no Brasil. No estudo final são apresentados alguns resultados sobre a migração entre os municípios do Brasil.

Antes de serem apresentadas as comparações sobre não-migrantes e migrantes serão mostrados alguns dados gerais sobre a migração no Brasil. Alguns pontos metodológicos também serão introduzidos. A base de dados utilizada nesse estudo é o Censo Demográfico de 2000 (FIBGE, 2000). São muitos os quesitos dessa base de dados que tratam da migração. Dependendo do quesito utilizado, a definição de quem é migrante ou não muda. Portanto, deve-se esclarecer qual o quesito usado antes de serem discutidos os resultados obtidos.

Nesta análise geral sobre o migrante foi utilizado inicialmente o quesito que perguntava: Você sempre morou neste município? Esse quesito tem como classificação da informação e as respostas sim ou não.

A Tabela 1 mostra quantas pessoas por região que não haviam sempre morado em seu município atual de residência¹. Em todo o Brasil, quase 70 milhões não haviam sempre morado no mesmo município e em algum momento de sua vida haviam migrado. O maior contingente de migrantes é na Região Sudeste, pouco mais de 30 milhões, vindo a seguir o Nordeste e o Sul. Por último apareciam as regiões menos populosas do Centro-Oeste e Norte.

TABELA 1
Pessoas por status de moradia e região de residência em 2000– dados brutos

Pergunta	Região					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Sempre morou no município	7725121	32539669	41570233	13763993	5300561	100899578
Nem sempre morou no município	5186049	15242818	30859959	11346355	6338097	68973278
Total	12911170	47782487	72430193	25110348	11638658	169872856

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

¹ Esse quesito inclui o migrante de retorno que são as pessoas que moravam no município, se mudaram e depois retornaram para o mesmo município como migrante.

A Tabela seguinte mostra esses dados, mas de forma relativa. As regiões Norte, Sudeste e Sul apresentavam um quadro próximo do Brasil com aproximadamente 60% de pessoas no município que haviam nascido e permanecido no local toda a vida. O Centro-Oeste era o único que apresentava uma cifra abaixo de 50%, com mais migrantes que não-migrantes, e o Nordeste tinha o maior valor, com grande maioria de não-migrantes.

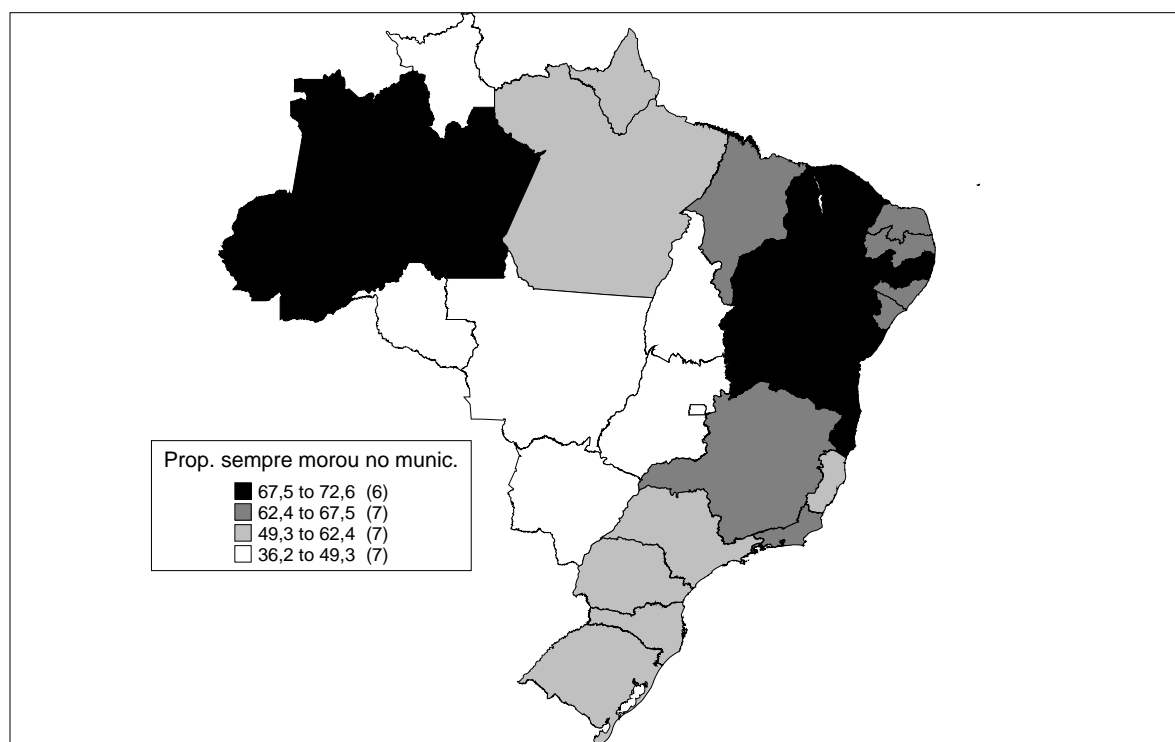
TABELA 2
Pessoas por status de moradia e região de residência em 2000– dados relativos

Pergunta	Região					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Sempre morou no município	59,8	68,1	57,4	54,8	45,5	59,4
Nem sempre morou no município	40,2	31,9	42,6	45,2	54,5	40,6

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

O Mapa abaixo mostra os dados relativos para estados. Nota-se que os estados com menores proporções de pessoas que sempre haviam morado em seu local atual de residência são os do Centro-Oeste, os estados fronteiriços dessa região RO e TO, e RR, estado de ocupação significativa recente. Por outro lado, os estados com as menores proporções se localizam no Nordeste mais o AM e o AC.

MAPA 1
Proporção de habitantes que sempre morou no mesmo município em 2000 por estado



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Na análise acima, os migrantes podem ter chegado a seu local atual de residência a muito tempo ou recentemente. Não foi incluído qualquer dado temporal sobre o migrante. A seguir os migrantes são classificados conforme o tempo de residência no local onde foram recenseados. Foi utilizado o quesito que perguntava o tempo de moradia no município para migrantes como definidos na análise anterior. A resposta aparece como o número de anos completos que a pessoa mora sem interrupção no município de residência atual, ou o número de anos de moradia após o último retorno para o município de residência atual desde que tenha migrado para outro município ou país estrangeiro e depois retornado.

O tempo de residência no município atual para migrantes variava bastante como pode ser visto na Tabela 3. Para o Brasil, mais da metade morava a mais de 10 anos no município de residência. Esses serão denominados aqui de migrantes antigos. No outro extremo temporal, verifica-se que pouco mais de 10% dos migrantes haviam mudado para o município atual a menos de 2 anos e serão chamados de migrantes recentes. De todas as regiões, o Sul é a que apresenta um quadro mais próximo do Brasil, vindo a seguir o Nordeste. As regiões Norte e Centro-Oeste tendem a apresentar maiores proporções de migrantes recentes e intermediários e menores valores para migrantes antigos. No Sudeste ocorria o contrário: os fluxos eram mais antigos.

TABELA 3
Migrantes por tempo de moradia no município atual e região de residência em 2000

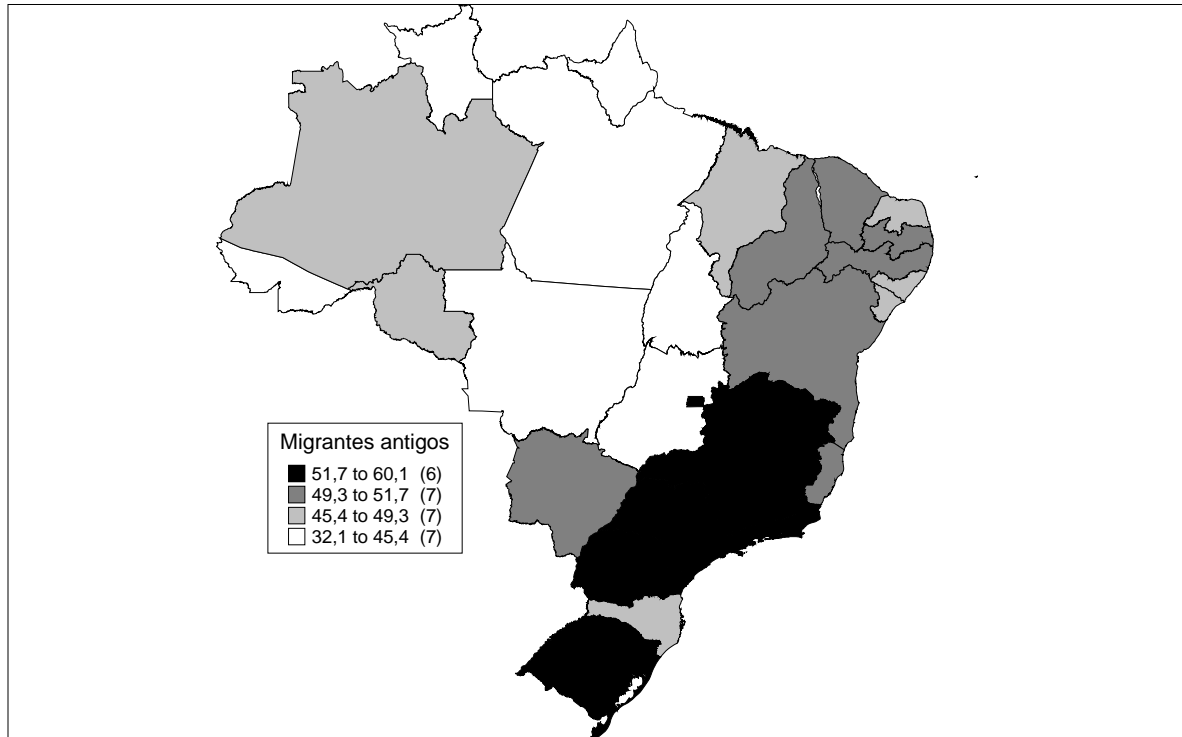
Tempo de moradia no município atual	Região					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
0 a 1 anos	13,6	12,4	10,1	11,8	13,9	11,5
2 a 4 anos	18,7	16,5	14,8	15,4	17,6	15,8
5 a 10 anos	24,8	21,6	19,8	20,0	22,3	20,9
Mais de 10 anos	42,8	49,5	55,2	52,8	46,3	51,8

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Os Mapas abaixo mostram os resultados para migrantes antigos e recentes para estados. Note que os migrantes com tempo de residência intermediária entre 2 e 10 anos não estão incluídos na discussão. Observa-se que os estados mais ao sul do Brasil tinham os maiores valores de imigrantes antigos com exceção de SC (Mapa 3). O centro/norte do país e o AC tinham as menores cifras para esse tipo de migrante.

MAPA 2

Proporção de migrantes que morava no atual município de residência a mais de 10 anos em 2000 por estado

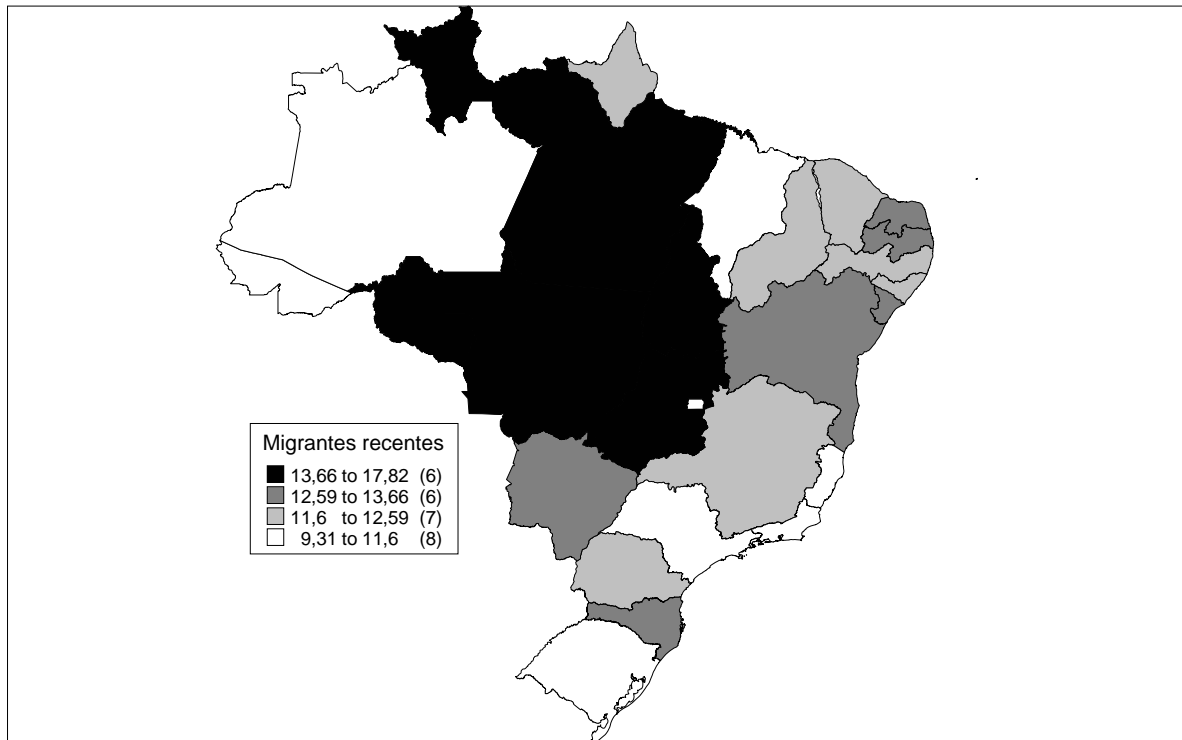


Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Quanto aos migrantes recentes, verifica-se que o centro/norte do país e RR tinha os maiores valores. Também com valores elevados, mas com valores um pouco menores, apareciam, entre outros, alguns estados do Nordeste, como BA, SE, PB e RN, sinalizando para uma migração de retorno de nordestinos que viviam principalmente no Sudeste. Os menores valores se espalhavam pelas cinco regiões nos estados do AC, AM, MA, RJ, ES, DF, SP e RS. Algumas dessas regiões atraem poucos migrantes, como é o caso do MA, ou parecem ter tido fluxos muito numerosos no passado, apesar de continuarem atraindo hoje, como DF e SP. Uma discussão sobre estados é apresentada na segunda análise deste estudo descritivo.

MAPA 3

Proporção de migrantes que mora no atual município a menos que 2 anos em 2000 por estado



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

COMPARAÇÃO ENTRE MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES

A breve introdução sobre o migrante utilizou dois quesitos distintos. Um que separava os indivíduos entre os que sempre haviam vivido no município atual daqueles que já haviam feito pelo menos uma troca de município de residência. Como visto, esse último grupo conta com aproximadamente 70 milhões de pessoas em todo o Brasil. Dentre esses, alguns estavam no município a muito tempo e outros a menos.

Este texto apresentará a seguir algumas comparações entre não-migrantes e migrantes. Para tanto, deve-se utilizar alguma definição precisa do que seja um migrante para que haja uma separação clara entre os dois grupos comparativos. O quesito usado é o de “data-fixa”. Nesse quesito os migrantes são aqueles que cinco anos antes não moravam no município atual de residência. Note que esse quesito tem uma dimensão espacial e outra temporal. Os não-migrantes são aqueles que sempre haviam morado no município de residência atual, como no primeiro quesito utilizado, mais aqueles que viviam no município atual a mais de cinco anos. Ou seja, apenas parte dos migrantes. Se a troca de local de residência foi feita a mais de cinco anos, o indivíduo não é um migrante segundo esse quesito. Mas esse quesito não inclui todas as pessoas que nem sempre moravam no município e se mudaram a menos de cinco anos para o atual local de residência. Se a pessoa vivia em um município cinco anos antes do Censo, se mudou e retornou para seu local de origem, ele também não será um migrante, segundo esse quesito, apesar de poder ser considerado migrante em outros quesitos. Esse quesito inclui como migrantes as pessoas tiveram origem internacional.

Para uma discussão metodológica sobre o assunto ver Carvalho et al (1992) e Rigotti (1999), que escreveram sobre o uso dos quesitos censitários referentes à migração em alguns dos censos brasileiros até 1991. O quesito que trata da migração “data-fixa” foi incluído no Censo Demográfico de 1991 e também está presente no Censo de 2000. Este quesito é conhecido como “data-fixa” justamente porque informa onde o migrante se encontrava em uma data específica.

Serão apresentadas no total 8 comparações entre não-migrantes e migrantes, sendo abordados: aspectos pessoais como sexo, idade, raça, escolaridade, renda e participação no mercado de trabalho; relações de domicílio; e, por fim, se o indivíduo vivia no setor urbano ou rural.

Antes, porém da apresentação das comparações será descrito o que é um típico migrante segundo parte da literatura especializada. Algumas pessoas apresentam uma maior tendência em migrarem que outras. De forma geral, os migrantes não são uma amostra randômica da população e diferem em muitos aspectos dos não-migrantes. Migrantes típicos, como escreveu Castiglione² (1989), são:

“indivíduos que reagem de forma diferenciada quando confrontados com os fatores que induzem à migração. Aqueles que respondem ao estímulo têm algumas características comuns que os diferenciam dos demais, que não reagem a tal estímulo. Estas características são ligadas, principalmente, à idade, à instrução e à especialização, ao estado civil, às aspirações e ao sexo. Pode-se então descrever um migrante típico como um adulto jovem, solteiro, com certo nível de instrução, que irá buscar uma colocação no mercado de trabalho do centro urbano, onde terá melhores chances de realizar suas aspirações”.

Além dessas características, podem-se ainda incluir outras como indivíduos menos avessos aos riscos, mais orientados para a conclusão de objetivos e que teriam melhores relações pessoais (Golgher, 2001).

As comparações a seguir mostram algumas das diferenças entre não-migrantes e migrantes.

Diferenciais de sexo

Os primeiros dados mostrados comparam à razão de sexo (número de homens para cada 100 mulheres) para não-migrantes e migrantes por estado. Como pode ser visto pelos dados da Tabela 4, nota-se que a maioria dos estados tinham uma população não-migrante com predomínio feminino com valores para razão de sexos inferior a 100. Exceções eram todos os estados da Região Norte e o MT. Alguns desses estados, como MT, RO, RR e TO tinham valores superiores a 104 homens para cada 100 mulheres, indicando um grande predomínio de homens. No outro extremo, apareciam estados muito urbanizados, como o DF e o RJ, e estados do Nordeste, como PB e PE, todos com valores para razão de sexo abaixo de 95 homens para cada 100 mulheres.

² Tradução do autor.

O predomínio feminino é ainda mais evidente para migrantes. Apenas seis estados tinham mais migrantes homens do que mulheres, AC, TO, MS, MT, RR e RO. Os três últimos com valores acima de 105 para a razão de sexos, ou seja, um predomínio dos homens bastante forte. Alguns estados como todos do Nordeste, o RJ e o DF atraíam muito mais as mulheres. Para o caso do Nordeste, esse fato pode estar sinalizando uma migração de retorno preferencial de mulheres. O RJ e DF são muito urbanizados com um grande setor de serviços, setor esse que tende a absorver um grande número de mulheres.

TABELA 4
Comparação entre migrantes e não-migrantes quanto à razão de sexo por estado – 1995/2000

Estado	Razão de sexos		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	101,3	103,3	2,0
Alagoas	95,9	90,8	-5,1
Amapá	101,0	99,7	-1,3
Amazonas	101,2	99,0	-2,2
Bahia	98,1	93,2	-4,9
Ceará	95,6	92,8	-2,8
Distrito Federal	92,8	83,1	-9,7
Espírito Santo	98,5	95,6	-2,9
Goiás	99,7	97,0	-2,7
Maranhão	99,8	89,9	-9,9
Mato Grosso	105,1	109,1	4,0
Mato Grosso do Sul	99,8	102,7	2,9
Minas Gerais	97,9	97,3	-0,6
Pará	102,7	99,5	-3,2
Paraíba	94,5	92,8	-1,7
Paraná	98,1	98,2	0,1
Pernambuco	93,7	91,2	-2,5
Piauí	97,1	92,0	-5,1
Rio de Janeiro	92,1	92,3	0,2
Rio Grande do Norte	96,3	92,3	-4,0
Rio Grande do Sul	96,1	97,0	0,9
Rondônia	105,3	105,8	0,5
Roraima	104,6	106,0	1,4
Santa Catarina	99,7	96,8	-2,9
São Paulo	95,9	97,3	1,4
Sergipe	96,7	91,1	-5,6
Tocantins	105,1	101,7	-3,4

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Como mostra a última coluna da Tabela acima, quando se comparam os percentuais de não-migrantes e migrantes, verifica-se que cinco dos estados apresentam uma diferença superior a 1 para migrantes, ou seja, os migrantes tendem a aumentar o estoque local de homens. São eles AC, MT, MS, RR e SP. Por outro lado, em estados como BA, PI, AL, SE, DF e MA, todos com valores negativos inferiores a -4,0, os migrantes apresentam uma tendência de aumentar o estoque local relativo de mulheres.

A Tabela abaixo compara os estados quanto ao predomínio de homens e mulheres para não-migrantes e a diferença entre não-migrantes e migrantes. Alguns estados como RO, RR, AC, MS e MT têm predomínio de homens e os fluxos de migrantes estão aumentando essa tendência. Em outros estados, como DF, SE, AL, PI, BA, RN, ES, CE, PE, PB e MG, ocorre o contrário, ou seja, o estado já conta com um predomínio feminino e a migração amplifica isso. Nos demais estados, o efeito da migração é equalizar a razão de sexos com relação à média entre estados brasileiros.

TABELA 5
Comparação entre migrantes e não-migrantes quanto a razão de sexo por estado – 1995/2000

		Diferença entre razão se sexos de migrantes e não-migrantes	
		Positiva	Negativa
Proporção de homens	Acima da média dos estado	RO, RR, AC, MS e MT	TO, MA, PA, SC, GO, AM e AP
	Abaixo da média dos estados	PR, RJ, RS e SP	DF, SE, AL, PI, BA, RN, ES, CE, PE, PB e MG

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Idade

As próximas 3 Tabelas comparam não-migrantes de migrantes para a proporção de pessoas por grupo etário. Foram selecionados os indivíduos com 5 ou mais anos de idade, ou seja, todos os indivíduos já haviam nascido e podiam ser classificados como não-migrantes ou migrantes segundo o quesito "data-fixa". Assim, exclui-se o problema de ambigüidade que ocorre com filhos nascidos nos últimos 5 anos de migrantes que não são considerados migrantes, pois não existiam cinco anos antes do Censo.

A primeira da Tabelas conta com a proporção de pessoas com 5 a 14 anos de idade. Nota-se que os valores para não-migrantes variavam de menos que 20% para o RJ, RS e SP até quase 30% para AP, RR e AM, refletindo, em parte, as diferenças nas taxas de fecundidade de cada região. Para migrantes, os valores eram em geral menores e variavam entre 16,7% para o DF e 26,8% para o MA. Como mostra a última coluna da Tabela, apenas 5 estados, RJ, MS, GO, SP e PR tinham valores maiores para migrantes todos com cifras ligeiramente maiores para migrante que para não-migrantes. Portanto, a proporção de crianças e adolescentes entre os migrantes é menor, sugerindo que famílias com mais filhos tendem a ser menos móveis.

TABELA 6

**Comparação entre migrantes e não-migrantes quanto à proporção por grupo etário por estado -
pessoas de 5 a 14 anos – 1995/2000**

Estado	Proporção de pessoas com 5 a 14 anos na população		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	29,4	25,2	4,2
Alagoas	26,5	25,4	1,0
Amapá	29,8	26,6	3,2
Amazonas	29,6	24,4	5,3
Bahia	24,5	22,7	1,8
Ceará	25,7	23,4	2,2
Distrito Federal	21,2	16,7	4,4
Espírito Santo	21,5	21,3	0,3
Goiás	21,7	22,0	-0,3
Maranhão	28,7	26,8	1,9
Mato Grosso	24,2	23,8	0,4
Mato Grosso do Sul	23,0	23,3	-0,3
Minas Gerais	21,3	21,3	0,0
Pará	28,4	26,1	2,3
Paraíba	24,1	22,9	1,2
Paraná	21,3	22,1	-0,7
Pernambuco	23,5	22,2	1,3
Piauí	25,9	23,6	2,2
Rio de Janeiro	18,2	18,4	-0,2
Rio Grande do Norte	24,1	22,9	1,2
Rio Grande do Sul	19,3	19,3	0,0
Rondônia	26,3	25,9	0,4
Roraima	29,7	25,2	4,5
Santa Catarina	21,3	20,7	0,6
São Paulo	19,3	19,8	-0,4
Sergipe	25,3	23,4	1,9
Tocantins	27,1	25,2	1,9

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

As duas Tabelas seguintes mostram um quadro ainda mais claro. Todos os estados tinham proporções para migrantes maiores entre os adultos e menores para idosos, indicando que os idosos apresentam menor mobilidade que adultos.

TABELA 7

Comparação entre migrantes e não-migrantes quanto à proporção por grupo etário por estado -
pessoas de 15 a 64 anos – 1995/2000

Estado	Proporção de pessoas com 15 a 64 anos na população		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	66,2	71,5	-5,3
Alagoas	67,8	70,8	-3,1
Amapá	66,8	71,6	-4,9
Amazonas	66,4	73,4	-7,0
Bahia	68,8	73,7	-4,9
Ceará	67,2	72,8	-5,6
Distrito Federal	75,0	81,4	-6,4
Espírito Santo	72,1	74,8	-2,8
Goiás	72,7	75,2	-2,6
Maranhão	65,5	69,9	-4,4
Mato Grosso	71,4	74,0	-2,6
Mato Grosso do Sul	71,0	73,6	-2,5
Minas Gerais	71,6	75,2	-3,7
Pará	67,0	71,6	-4,6
Paraíba	67,6	72,6	-5,0
Paraná	72,0	74,5	-2,5
Pernambuco	69,4	73,5	-4,1
Piauí	67,5	73,2	-5,7
Rio de Janeiro	73,4	77,4	-4,0
Rio Grande do Norte	68,4	73,2	-4,8
Rio Grande do Sul	72,4	77,2	-4,8
Rondônia	69,8	71,9	-2,1
Roraima	66,9	72,7	-5,8
Santa Catarina	72,4	76,2	-3,8
São Paulo	73,6	76,8	-3,2
Sergipe	68,6	73,3	-4,6
Tocantins	67,2	72,3	-5,0

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Como mostra a Tabela 8, os estados com maior proporção de idosos para não-migrantes eram o RJ, o RS e a PB com valores acima de 8%. No outro extremo estavam dois estados de forte imigração recente, lembrando que a proporção de idosos é muito influenciada pela migração de pessoas mais jovens como AP e RR. Para migrantes, os valores para a proporção de idosos variavam de menos que 2% para o AP e o DF até mais de 4% na PB e em PE, cifras muito inferiores ao observado para não-migrantes.

TABELA 8

Comparação entre migrantes e não-migrantes quanto à proporção por grupo etário por estado -
pessoas com 65 anos e mais – 1995/2000

Estado	Proporção de pessoas com 65 anos e mais na população		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	4,4	3,3	1,1
Alagoas	5,8	3,7	2,0
Amapá	3,4	1,7	1,7
Amazonas	3,9	2,2	1,8
Bahia	6,6	3,5	3,1
Ceará	7,2	3,8	3,4
Distrito Federal	3,9	1,9	2,0
Espírito Santo	6,4	3,9	2,5
Goiás	5,6	2,7	2,9
Maranhão	5,8	3,3	2,4
Mato Grosso	4,5	2,2	2,3
Mato Grosso do Sul	6,0	3,1	2,8
Minas Gerais	7,2	3,5	3,7
Pará	4,7	2,3	2,3
Paraíba	8,3	4,5	3,7
Paraná	6,6	3,4	3,2
Pernambuco	7,0	4,3	2,8
Piauí	6,6	3,2	3,5
Rio de Janeiro	8,4	4,2	4,2
Rio Grande do Norte	7,5	3,9	3,6
Rio Grande do Sul	8,3	3,5	4,8
Rondônia	3,9	2,2	1,7
Roraima	3,4	2,1	1,3
Santa Catarina	6,3	3,1	3,2
São Paulo	7,1	3,4	3,7
Sergipe	6,0	3,3	2,7
Tocantins	5,7	2,6	3,1

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Raça

Nessa seção são comparadas as raças de não-migrantes e migrantes. O Censo traz informação sobre 5 categorias distintas: brancos, amarelos, negros, pardos e indígenas. A partir dessas categorias foram criados dois grupos: brancos/amarelos e negros/pardos/indígenas. Essa separação procurou criar grupos mais homogêneos com relação ao nível socioeconômico médio. A Tabela 9 mostra que poucos estados tinham maioria branca/amarela para não-migrantes. Todos eles se localizavam no centro/sul do país como RS, SC, PR, SP, RJ, MG, MS e GO. Para migrantes, observa-se uma única diferença. O estado de GO tem mais brancos/amarelos entre os não-migrantes e menos entre os migrantes. Ou seja, os quadro para não-migrantes e migrantes eram semelhantes. Como mostra o predomínio de valores positivos na última coluna, os migrantes apresentavam maiores proporções de negros/pardos/indígenas do que não-migrantes na maioria dos estados. As exceções são SP, GO, ES, SC, PR, DF e AC.

TABELA 9

**Comparação entre migrantes e não-migrantes quanto à raça por estado –
proporção de brancos/amarelos na população – 1995/2000**

Estado	Proporção de brancos/amarelos na população		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	30,8	30,5	-0,2
Alagoas	34,5	35,5	1,0
Amapá	26,7	29,9	3,3
Amazonas	24,5	30,4	5,9
Bahia	25,3	30,2	4,9
Ceará	37,5	40,3	2,7
Distrito Federal	49,9	48,7	-1,3
Espírito Santo	49,5	46,5	-3,0
Goiás	52,2	46,6	-5,6
Maranhão	27,0	28,5	1,6
Mato Grosso	44,0	49,2	5,2
Mato Grosso do Sul	55,7	56,6	0,9
Minas Gerais	54,0	54,6	0,6
Pará	26,5	27,8	1,3
Paraíba	42,8	45,0	2,2
Paraná	78,8	76,3	-2,5
Pernambuco	41,1	43,5	2,3
Piauí	26,7	29,2	2,4
Rio de Janeiro	55,3	55,5	0,2
Rio Grande do Norte	42,2	45,9	3,7
Rio Grande do Sul	86,9	87,2	0,3
Rondônia	43,2	44,1	0,9
Roraima	24,4	28,0	3,6
Santa Catarina	90,3	87,6	-2,7
São Paulo	73,0	66,9	-6,1
Sergipe	31,8	34,3	2,5
Tocantins	30,1	35,1	5,0

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Assim como foi feito para a razão de sexos, a Tabela abaixo compara os estados quanto ao predomínio das raças e a diferença entre não-migrantes e migrantes. Grande parte dos estados (RO, AL, PA, MA, PB, PE, PI, SE, CE, AP, RR, RN, BA, TO, MT e AM) de minoria branca estava passando por um processo de homogeneização: os migrantes tinham maiores proporções de brancos/amarelos. Para outros, como SP, GO, SC e PR, ocorre o mesmo processo, mas com predomínio distinto: predomínio branco/amarelo e homogeneização. Nos demais estados, o efeito da migração é tornar a população ainda mais concentrada em um dos grupos: branco/amarelo para o RJ, o RS, MG e MS e negro/pardo/indígena para o ES, o DF e AC.

TABELA 10
Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado quanto a raça – 1995/2000

		Diferença entre migrantes e não-migrantes	
		Positiva	Negativa
Proporção de brancos/amarelos	Acima de 50%	RJ, RS, MG e MS	SP, GO, SC e PR
	Abaixo de 50%	RO, AL, PA, MA, PB, PE, PI, SE, CE, AP, RR, RN, BA, TO, MT e AM	ES, DF e AC

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Escolaridade

Nessa seção são comparados os não-migrantes e migrantes quanto à escolaridade. Foram criados grupos de acordo com o número de anos de estudo da pessoa: 0 a 3, 4 a 10 e 11 e mais. Dentre esses grupos são mostrados os resultados obtidos para o primeiro e últimos deles, ou para pessoas com baixa escolaridade e alta escolaridade.

Como mostra a Tabela abaixo, alguns estados, como os do Sul, o DF, o RJ e SP tinham pequenas proporções de pessoas com baixa escolaridade entre os não-migrantes e o mesmo ocorria para migrantes. No outro extremo apareciam os estados das AL, o MA, o AC, o PI e a PB, também para os dois grupos. Essas variações seguiam de forma aproximada o nível socioeconômico do estado, como mostra o Mapa abaixo.

O principal resultados aprestando na Tabela 11 é a diferença entre não-migrantes e migrantes para a proporção de indivíduos com baixa escolaridade que é negativa para todos os estados sem exceção. Ou seja, segundo esse parâmetro, os migrantes têm uma melhor escolaridade do que a população não-migrante em todos os estados. Esse fato está relacionado com a menor idade do migrante, além de outros aspectos.

Podem-se destacar alguns pontos. As diferenças muito grandes de 17,3 para AM e 17,0 para RS para a proporção de pessoas com baixa escolaridade, indicando a atração destes estados de imigrantes com uma escolaridade muito superior a população local. O mesmo foi observado em TO. Por outro lado, AL que tinha a maior proporção de pessoas com baixa escolaridade para os dois grupos analisados apresentaram apenas uma pequena variação positiva.

TABELA 11

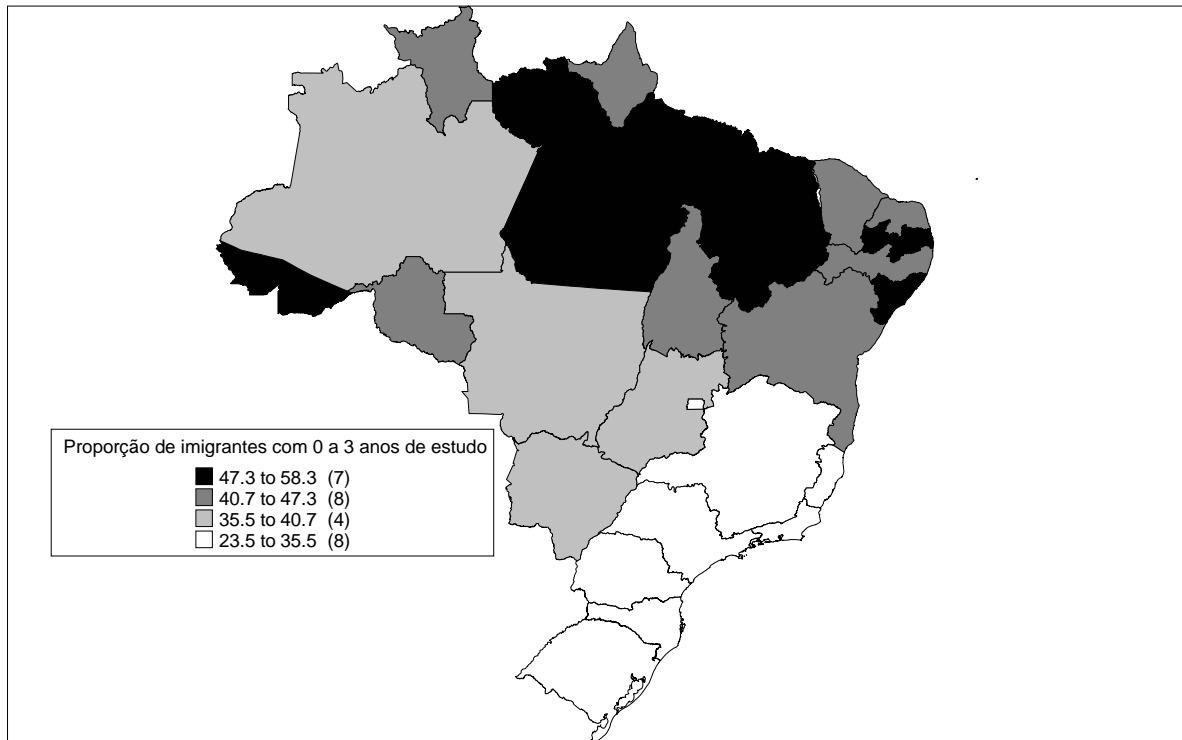
Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado –
proporção de pessoas com 0 a 3 anos de estudo – 1995/2000

Estado	Proporção de pessoas com 0 a 3 anos de estudo		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	59,9	51,3	-8,6
Alagoas	64,2	58,3	-5,9
Amapá	50,6	42,5	-8,1
Amazonas	55,6	38,3	-17,3
Bahia	58,0	45,8	-12,1
Ceará	57,4	44,7	-12,6
Distrito Federal	32,9	24,5	-8,4
Espírito Santo	40,4	32,3	-8,1
Goiás	44,2	35,5	-8,7
Maranhão	63,6	52,0	-11,6
Mato Grosso	46,1	37,8	-8,3
Mato Grosso do Sul	44,7	36,9	-7,7
Minas Gerais	42,2	32,3	-9,9
Pará	58,0	48,1	-9,9
Paraíba	60,4	50,4	-10,0
Paraná	40,6	31,7	-8,9
Pernambuco	53,4	42,8	-10,6
Piauí	63,2	50,7	-12,5
Rio de Janeiro	34,4	28,6	-5,8
Rio Grande do Norte	53,8	41,7	-12,1
Rio Grande do Sul	40,6	23,6	-17,0
Rondônia	50,3	41,7	-8,5
Roraima	50,1	40,7	-9,4
Santa Catarina	35,7	25,7	-10,0
São Paulo	33,9	29,1	-4,7
Sergipe	58,3	47,3	-10,9
Tocantins	56,9	42,4	-14,5

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

MAPA 4

Proporção imigrantes com 0 a 3 anos de estudo por estado – 1995/2000



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

A próxima Tabela mostra os resultados para pessoas com 11 e mais anos de estudo. As proporções para não-migrantes e migrantes seguem em parte a lógica do desenvolvimento socioeconômico, como pode ser visto pelos dados do Mapa 6. Segundo a Tabela abaixo, cabe aqui também ressaltar que os dados para a diferença são todos positivos. A proporção de migrantes com pelo menos o Ensino Médio completo era superior à proporção para não-migrantes em todos os estados. Entretanto, podem-se destacar os valores elevados de imigrantes com alta escolaridade para não-migrantes nos estados do AM, BA, PE, RN, SC e TO com uma diferença superior a 5 pontos percentuais em favor dos migrantes. No outro extremo aparecem os estados AL, GO e SP.

TABELA 12

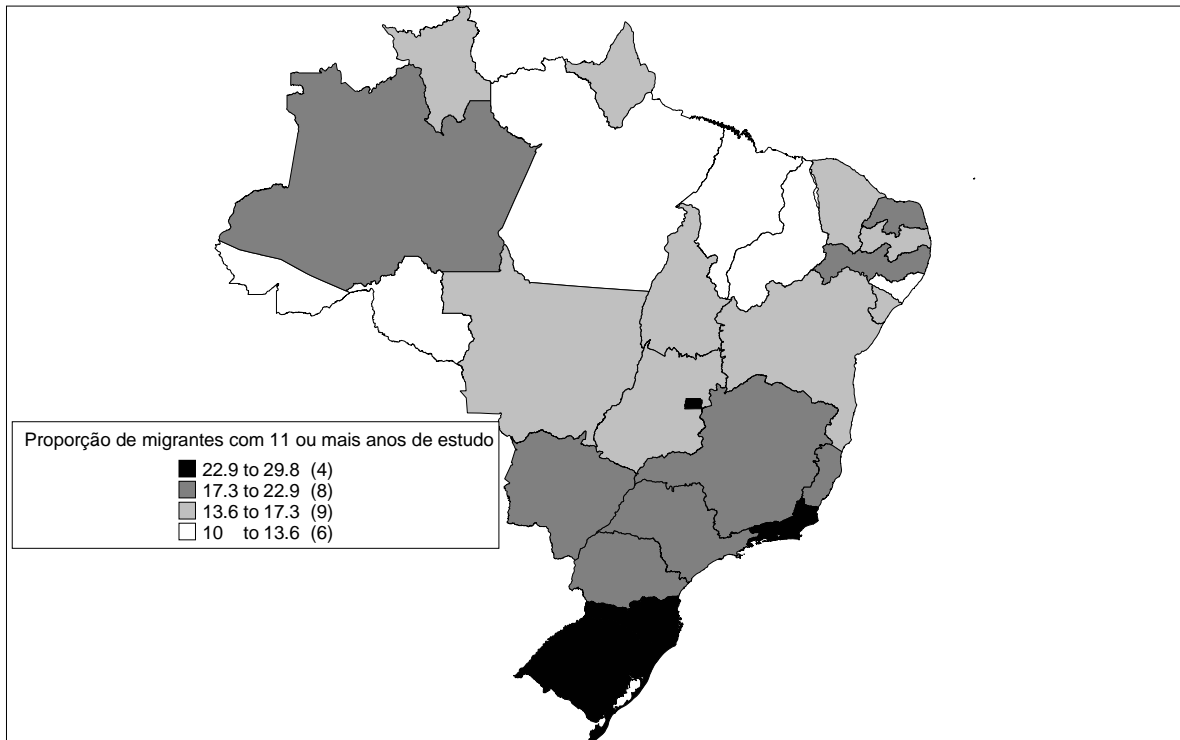
Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado -
proporção de pessoas com 11 e mais anos de estudo – 1995/2000

Estado	Proporção de pessoas com 11 e mais anos de estudo		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	9,0	12,4	3,3
Alagoas	8,7	10,0	1,3
Amapá	13,2	15,0	1,8
Amazonas	11,7	17,4	5,7
Bahia	10,7	15,9	5,2
Ceará	10,0	14,6	4,6
Distrito Federal	26,2	29,7	3,5
Espírito Santo	15,9	19,8	3,9
Goiás	14,0	15,1	1,1
Maranhão	8,2	11,2	3,1
Mato Grosso	13,1	14,7	1,6
Mato Grosso do Sul	14,5	18,3	3,8
Minas Gerais	14,5	19,2	4,7
Pará	9,5	11,7	2,2
Paraíba	10,1	13,6	3,5
Paraná	16,7	20,3	3,6
Pernambuco	12,4	18,1	5,7
Piauí	8,1	11,0	2,9
Rio de Janeiro	22,5	25,1	2,6
Rio Grande do Norte	12,1	18,4	6,3
Rio Grande do Sul	16,7	23,6	6,9
Rondônia	9,5	11,2	1,7
Roraima	11,4	14,1	2,6
Santa Catarina	15,4	23,0	7,6
São Paulo	21,5	21,6	0,1
Sergipe	10,2	13,7	3,4
Tocantins	9,2	15,1	5,9

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

MAPA 5

Proporção imigrantes com 11 ou mais anos de estudo por estado – 1995/2000



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Renda

Nessa seção são comparados os não-migrantes e migrantes quanto à renda, de forma semelhante ao realizado acima para escolaridade. A renda se refere à soma dos rendimentos brutos auferidos provenientes de todas as fontes, ou seja, soma dos rendimentos do trabalho principal e dos demais trabalhos com os rendimentos provenientes de outras fontes. Esse quesito é respondido para pessoas com pelo menos de 10 anos de idade na data de referência do Censo. Foram criados grupos de acordo com o número de salários mínimos (SM) de renda: 0 até 1, mais que 1 até 10 e mais de 10. Dentre esses grupos são mostrados os resultados obtidos para o primeiro e o último, que são mostrados na Tabela 13.

Assim como para escolaridade, as variações para renda seguiam de forma aproximada o nível socioeconômico do estado, como mostram os Mapas abaixo. Em alguns estados, como MA, PI e AL, mais de três quartos dos não-migrantes e de migrantes tinham renda menor ou igual a 1SM. No outro extremo, apareciam com os menores valores, menos de 50%, o DF, SC e SP. O ponto principal para ser ressaltado nesta análise é que em quase todos os estados, a proporção de pessoas de baixa renda dentre os migrantes era menor do que para não-migrantes. As maiores diferenças em favor dos migrantes foram verificadas em TO, na BA, na RN e no AM. Os estados de SP, RR, RO e DF são as quatro exceções com valores menores para os não-migrantes.

TABELA 13

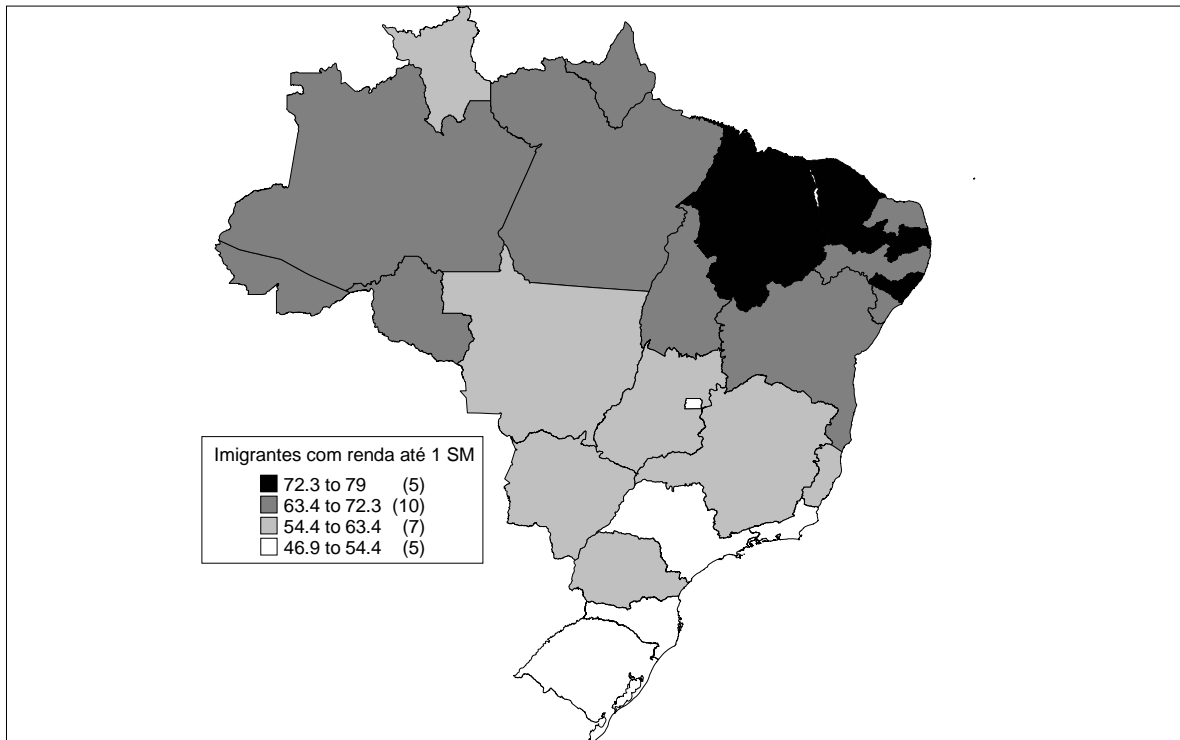
Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado –
proporção pessoas com renda até 1salário mínimo – 1995/2000

Estado	Proporção pessoas com renda até 1salário mínimo		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	68,4	66,8	-1,7
Alagoas	78,0	77,6	-0,4
Amapá	66,7	64,4	-2,3
Amazonas	70,8	66,1	-4,7
Bahia	75,9	70,9	-4,9
Ceará	76,6	72,4	-4,2
Distrito Federal	47,3	47,8	0,5
Espírito Santo	58,2	57,5	-0,8
Goiás	58,1	58,0	-0,1
Maranhão	81,8	78,9	-2,8
Mato Grosso	59,0	56,5	-2,5
Mato Grosso do Sul	58,5	58,5	0,0
Minas Gerais	60,3	56,7	-3,6
Pará	71,8	69,6	-2,2
Paraíba	76,5	72,7	-3,8
Paraná	55,2	54,5	-0,8
Pernambuco	73,0	68,6	-4,4
Piauí	80,3	77,6	-2,7
Rio de Janeiro	50,3	49,8	-0,5
Rio Grande do Norte	73,9	69,1	-4,8
Rio Grande do Sul	51,2	48,1	-3,1
Rondônia	62,7	63,5	0,8
Roraima	60,1	61,1	1,0
Santa Catarina	49,8	46,9	-2,9
São Paulo	47,9	49,9	1,9
Sergipe	74,8	70,5	-4,2
Tocantins	73,1	66,7	-6,4

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

MAPA 6

Proporção imigrantes com renda até 1salário mínimo por estado – 1995/2000



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Para pessoas com renda superior a 10 SM, verifica-se que apenas o DF tinha proporções acima de 10%, e SP, RJ e RS apareciam com uma cifra acima de 5% para ambos os grupos. Quando se comparam as proporções entre não-migrantes e migrantes, verifica-se que em quase todos os estados os valores para migrantes eram superiores com apenas três exceções que são os estados de GO, SP e DF. As maiores diferenças em favor dos migrantes são observadas nos estados do AM, PE, TO, RN e AC.

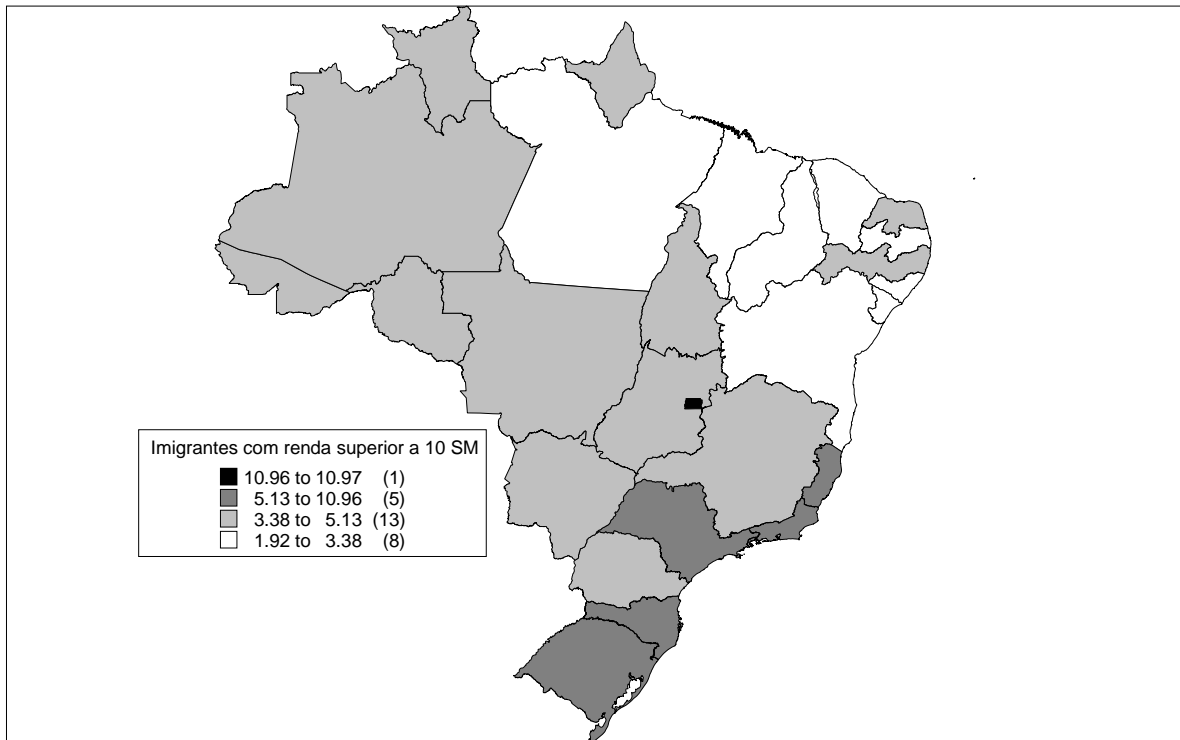
TABELA 14
Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado –
proporção de pessoas com renda acima de 10 salários mínimos – 1995/2000

Estado	Proporção de pessoas com renda acima de 10 salários mínimos		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	2,3	3,9	1,6
Alagoas	1,8	2,1	0,4
Amapá	3,7	3,8	0,2
Amazonas	2,5	4,3	1,8
Bahia	1,9	3,2	1,4
Ceará	2,0	3,1	1,2
Distrito Federal	12,5	11,0	-1,6
Espírito Santo	4,2	5,1	1,0
Goiás	3,9	3,4	-0,5
Maranhão	1,2	1,9	0,8
Mato Grosso	3,7	4,1	0,4
Mato Grosso do Sul	3,9	4,3	0,4
Minas Gerais	3,7	4,6	0,8
Pará	2,2	2,9	0,7
Paraíba	1,8	2,9	1,2
Paraná	4,7	4,8	0,1
Pernambuco	2,3	4,0	1,7
Piauí	1,4	2,0	0,6
Rio de Janeiro	6,8	6,9	0,1
Rio Grande do Norte	2,2	3,8	1,6
Rio Grande do Sul	5,3	5,9	0,6
Rondônia	3,4	3,6	0,2
Roraima	3,5	3,5	0,0
Santa Catarina	4,7	5,8	1,0
São Paulo	7,2	6,4	-0,8
Sergipe	2,2	2,4	0,2
Tocantins	1,9	3,6	1,7

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

MAPA 7

Proporção imigrantes com renda mais de 10 salários mínimos por estado – 1995/2000



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Os dados de escolaridade e renda indicam que os migrantes tendem a apresentar dados mais positivos em ambos os aspectos. Verifica-se uma variação regional nos dados com estados como AM, BA, PE, e RN apresentado um diferencial entre migrantes e não-migrantes muito em favor dos primeiros e uma pequena diferença para as AL para esses grupos.

Setor de atividade

As três próximas Tabelas e três próximos Mapas mostram a proporção de trabalhadores não-migrantes e migrantes por setor de atividade. Para o setor primário, verifica-se que as proporções para não-migrantes variavam entre menos de 10% para o DF, RJ e SP até mais de 39% para o PI e MA. Para migrantes, os valores tendiam a ser um pouco menores dentro da faixa que ia de pouco mais de 3,4% no DF até 37,3% para RO. O Mapa 8 mostra esses últimos dados espacialmente. Outro ponto importante é constatar que a diferença entre não-migrantes e migrantes é negativa para quase todos os estados com exceção de cinco deles, indicando que os migrantes são menos propensos a trabalharem no setor. Dentre as exceções, em três deles, nos estados de RO, MS e MT, os valores para as proporções no setor primário são elevadas, indicando a atração de trabalhadores rurais significativas nesses estados. Além desses, as outras duas exceções eram DF e SP, ambas com baixas cifras para a proporção de trabalhadores no setor primário.

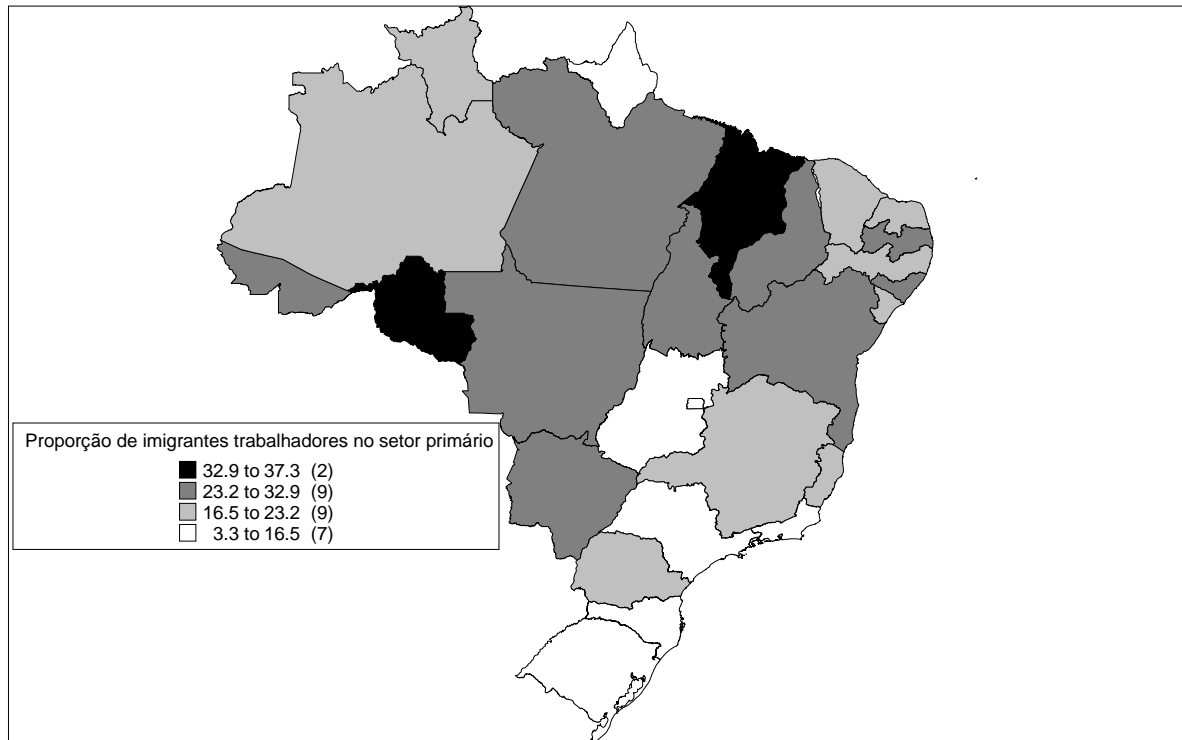
TABELA 15**Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado – proporção de trabalhadores no setor primário – 1995/2000**

Estado	Proporção de trabalhadores no setor primário		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	28,6	26,2	-2,4
Alagoas	37,2	30,2	-7,0
Amapá	12,0	11,2	-0,8
Amazonas	28,4	16,6	-11,8
Bahia	33,6	23,2	-10,4
Ceará	29,5	20,3	-9,2
Distrito Federal	2,7	3,4	0,6
Espírito Santo	25,6	22,0	-3,7
Goiás	16,5	14,3	-2,2
Maranhão	46,6	33,0	-13,6
Mato Grosso	23,3	29,2	5,9
Mato Grosso do Sul	19,9	28,0	8,1
Minas Gerais	22,2	18,7	-3,5
Pará	31,0	26,6	-4,4
Paraíba	32,4	23,8	-8,6
Paraná	21,9	18,2	-3,7
Pernambuco	27,4	19,0	-8,5
Piauí	39,5	27,6	-11,9
Rio de Janeiro	4,7	4,3	-0,4
Rio Grande do Norte	24,2	17,1	-7,1
Rio Grande do Sul	21,8	14,1	-7,6
Rondônia	35,7	37,3	1,6
Roraima	19,4	19,4	0,0
Santa Catarina	21,5	12,6	-8,9
São Paulo	7,1	9,2	2,2
Sergipe	28,9	20,1	-8,8
Tocantins	31,9	23,6	-8,3

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

MAPA 8

Proporção trabalhadores imigrantes no setor primário por estado – 1995/2000



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Quando se comparam as proporções de trabalhadores não-migrantes e migrantes no setor de secundário, verifica-se que as proporções para migrantes são maiores para todos os estados com duas exceções que são o MS e o AP. Mas, de forma geral, os dados são muito correlacionados entre não-migrantes e migrantes, indicando que a diferença entre os grupos analisados é semelhante em favor dos últimos em quase todos os estados. O Mapa 9 mostra os dados espacializados com a forte presença de trabalhadores migrantes na indústria no Sul/Sudeste do país.

TABELA 16

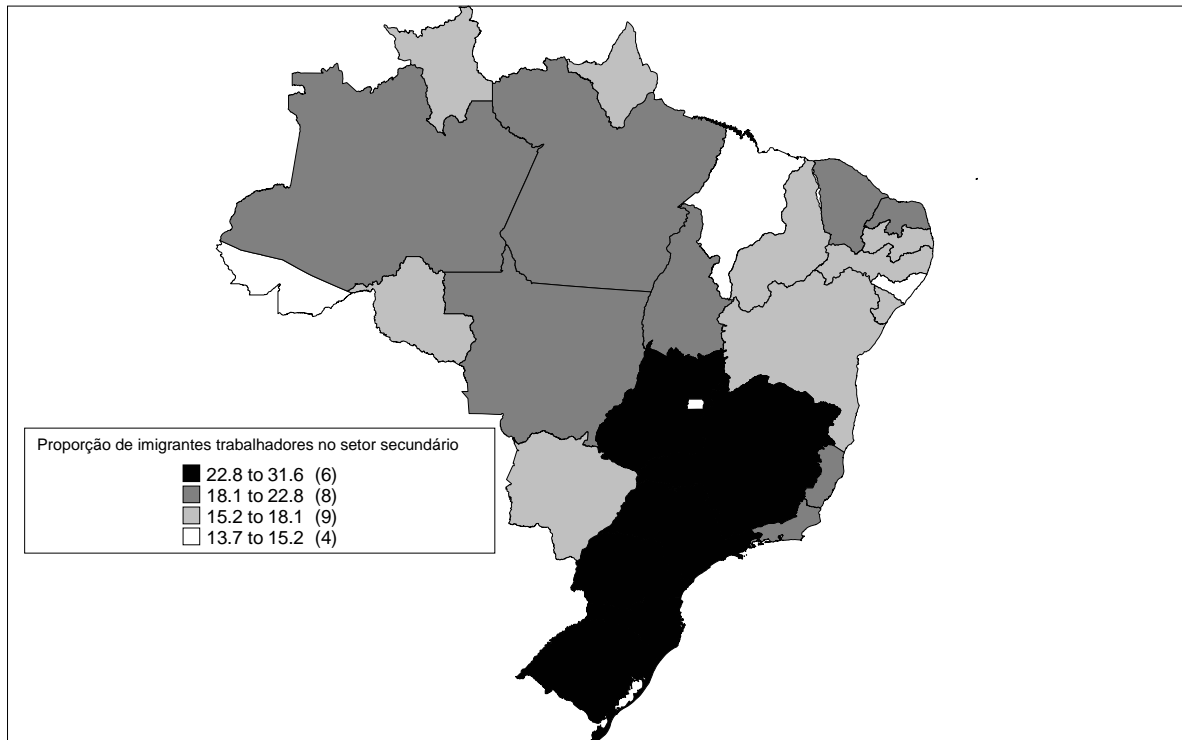
Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado – Proporção de trabalhadores no setor secundário – 1995/2000

Estado	Proporção de trabalhadores no setor secundário		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	12,9	14,2	1,2
Alagoas	12,1	14,4	2,3
Amapá	16,9	16,1	-0,8
Amazonas	18,0	19,6	1,6
Bahia	14,5	16,1	1,7
Ceará	19,0	20,0	1,0
Distrito Federal	12,9	14,1	1,3
Espírito Santo	19,0	19,6	0,5
Goiás	21,0	23,0	2,0
Maranhão	11,5	13,7	2,3
Mato Grosso	18,4	19,7	1,3
Mato Grosso do Sul	17,1	15,6	-1,6
Minas Gerais	21,5	22,9	1,3
Pará	17,3	18,4	1,1
Paraíba	15,3	17,1	1,8
Paraná	22,0	24,7	2,7
Pernambuco	16,1	17,1	1,0
Piauí	14,1	15,8	1,7
Rio de Janeiro	20,1	20,2	0,1
Rio Grande do Norte	16,9	18,2	1,2
Rio Grande do Sul	24,0	28,4	4,4
Rondônia	14,4	16,5	2,2
Roraima	14,0	15,2	1,2
Santa Catarina	29,7	31,5	1,8
São Paulo	27,2	28,3	1,1
Sergipe	15,6	17,1	1,5
Tocantins	13,4	18,6	5,2

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

MAPA 9

Proporção trabalhadores imigrantes no setor secundário por estado – 1995/2000



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

A maioria dos estados tem maiores proporções de trabalhadores no setor terciário para migrantes. Em seis estados ocorria o contrário. São eles MT, MS, RO, SP, DF e RR. Os três primeiros com vocação para as atividades do setor primário, o quarto com vocação industrial e o quinto já contando com grande parte da população não-migrante no setor terciário. Entretanto, de forma geral, as proporções para migrantes são maiores.

TABELA 17

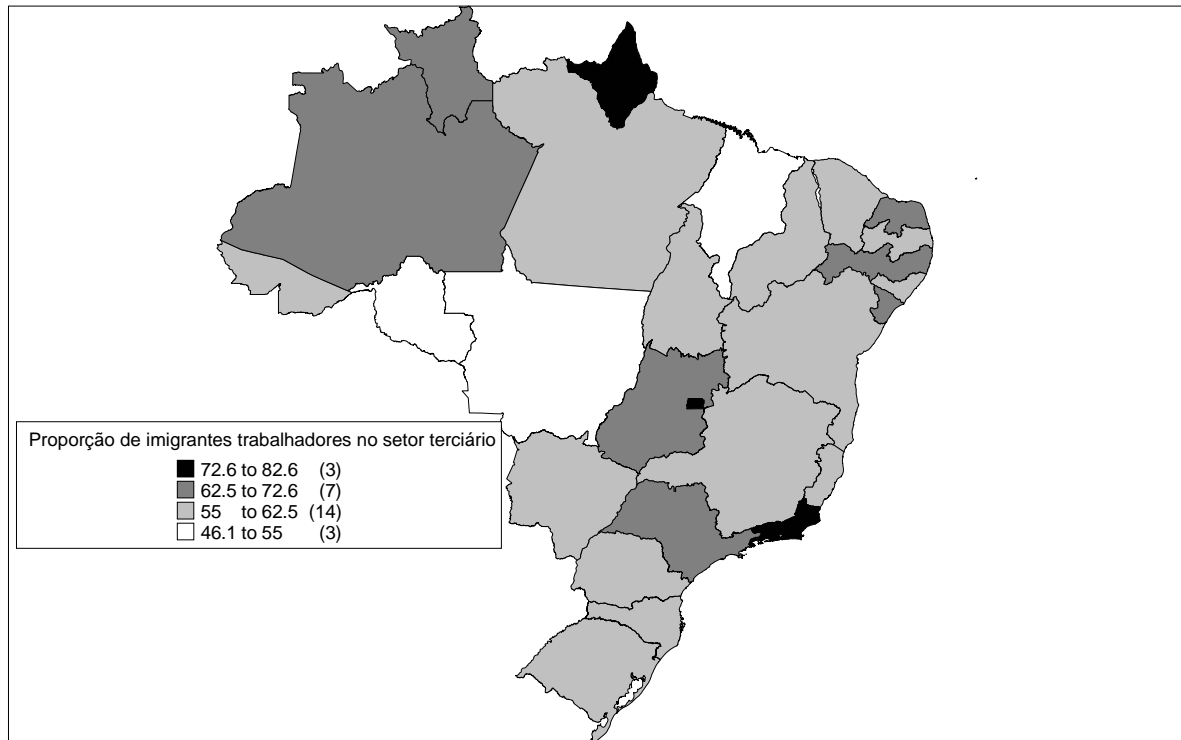
Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado – proporção de trabalhadores no setor terciário
– 1995/2000

Estado	Proporção de trabalhadores no setor terciário		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	58,5	59,7	1,2
Alagoas	50,6	55,3	4,7
Amapá	71,1	72,7	1,6
Amazonas	53,6	63,8	10,2
Bahia	52,0	60,7	8,7
Ceará	51,6	59,7	8,1
Distrito Federal	84,4	82,5	-1,9
Espírito Santo	55,3	58,5	3,2
Goiás	62,5	62,8	0,2
Maranhão	42,0	53,3	11,3
Mato Grosso	58,3	51,1	-7,2
Mato Grosso do Sul	63,0	56,4	-6,5
Minas Gerais	56,3	58,4	2,2
Pará	51,7	55,0	3,3
Paraíba	52,3	59,1	6,8
Paraná	56,1	57,1	1,0
Pernambuco	56,4	63,9	7,5
Piauí	46,4	56,6	10,2
Rio de Janeiro	75,2	75,6	0,3
Rio Grande do Norte	58,9	64,8	5,9
Rio Grande do Sul	54,2	57,5	3,3
Rondônia	50,0	46,2	-3,8
Roraima	66,6	65,4	-1,2
Santa Catarina	48,7	55,9	7,2
São Paulo	65,7	62,5	-3,2
Sergipe	55,5	62,8	7,4
Tocantins	54,7	57,8	3,0

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

MAPA 10

Proporção trabalhadores imigrantes no setor terciário por estado – 1995/2000



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Segue um breve comentário sobre a participação dos trabalhadores nos diferentes setores. Os trabalhadores dos setores secundários e terciários tendem a ser mais móveis, apresentando maiores proporções entre os migrantes. O contrário foi observado para o setor primário.

Relação no domicílio

Aqui serão discutidas as diferenças para não-migrantes e migrantes com relação à composição domiciliar. Serão analisadas cinco classes de pessoas: chefes de domicílio, cônjuge, filhos, parentes e outros. Segue uma breve nota sobre domicílios e famílias.

Segundo Medeiros et al (2002), o domicílio, de acordo com os critérios do IBGE, refere-se às edificações que são destinadas à moradia de pessoas. Os domicílios podem ser de uso coletivo, como hotéis, hospitais, penitenciárias e quartéis, ou particulares. Por esses últimos, entende-se a moradia com um ou mais cômodos, que atenda aos critérios de independência e onde vivem pessoas sós ou conjuntos de indivíduos que vivem ligados por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. Por separação, entende-se o local de habitação limitado por paredes, muros ou cercas, etc., coberto por um teto. O local deve permitir ao indivíduo ou ao grupo de indivíduos um grau de isolamento das demais pessoas da população. Além disso, parte ou todas as despesas com manutenção do lar e alimentação, devem ser arcadas por seus moradores. A independência fica caracterizada

quando o local apresenta entrada privativa que possibilita a seus moradores entrar e sair do domicílio sem ter que passar por locais de habitação de terceiros.

A família é um subconjunto do domicílio. Na maioria dos casos, os moradores de um domicílio são todos de uma mesma família, mas em alguns casos existem domicílios com duas ou mais famílias.

Na Tabela abaixo são mostradas as diferentes formas de classificação de uma pessoa em um domicílio sempre como referência à pessoa “chefe do domicílio” ou “pessoa de referência” para três bases de dados.

TABELA 18
Categorias de relação com o “chefe de domicílio” ou “pessoa de referência” segundo diferentes bases de dados

	Pesquisa		
	Censo Demográfico de 1991	PNAD 2002	Censo Demográfico de 2000
Classificação	Chefe	Chefe/Pessoa de Referência	Chefe
	Cônjuge	Cônjuge	Cônjuge
	Filho	Filho	Filho
	Enteado	Filho	Filho
	Pais	Outros parentes	Pais/Sogros
	Sogros	Outros parentes	Pais/Sogros
	Genro/Nora	Outros parentes	Outros parentes
	Neto/Bisneto	Outros parentes	Neto/Bisneto
	Avô/Bisavô	Outros parentes	Outros parentes
	Irmão	Outros parentes	Irmão
	Cunhado	Outros parentes	Outros parentes
	Outros parentes	Outros parentes	Outros parentes
	Agregado	Agregado	Agregado
	Pensionista	Pensionista	Pensionista
	Empregado doméstico	Empregado doméstico	Empregado doméstico
	Parente de empregado doméstico	Parente de empregado doméstico	Parente de empregado doméstico

Fonte: Medeiros et al (2002) e IBGE, 2000.

A seguir são dadas algumas definições a partir da classificação do Censo Demográfico de 2000, base de dados usada aqui. Todas as relações domiciliares são obtidas tendo como base a “pessoa de referência” (ou “chefe de domicílio” dependendo da pesquisa). Em seguida, temos o cônjuge que é a pessoa que vive em união conjugal com a “pessoa de referência”. Na categoria filhos, incluem-se os filhos consanguíneos e também enteados e filhos adotivos. A próxima categoria é composta por pais e sogros. Irmãos são também classificados de forma separada, assim como netos/bisnetos. A categoria outros parentes contém genro, nora, avô, bisavô, cunhado e outros parentes. Todos os parentes da pessoa de referência que não foram classificados como cônjuge ou filhos foram agrupados nesse estudo e formam o grupo “outros parentes”, como na PNAD 2002. As demais pessoas são não-parentes da pessoa de referência, que também foram agregados. Esses são classificados como: agregados que são os moradores que não pagam por hospedagem ou alimentação no domicílio; pensionista que são os indivíduos que pagam pela hospedagem e/ou alimentação; empregados domésticos que são os moradores que prestam serviços domésticos remunerados; e parentes do empregado doméstico.

A seguir são mostrados os resultados para as pessoas com 5 anos de idade ou mais para evitar a ambigüidade do filho de migrante nascido no local de destino que não é considerado migrante. A proporção de chefes de domicílio para não-migrantes variava de pouco mais de 23% para o AM e o AP até mais de 32% para o RJ e o RS. Essa variação é causada, entre outros aspectos, pela menor presença de filhos no domicílio como pode ser visto pela correlação entre proporção de chefes do domicílio e proporção de filhos para não-migrantes com $R^2 = 0,933$, como mostra o gráfico 1. As proporções de chefes de domicílio para migrantes eram semelhantes ao observado para não-migrantes. Aproximadamente metade dos estados tinha valores mais elevados para não-migrantes e a outra metade para migrantes. Os valores eram muitos semelhantes como mostra a coluna da diferença. Apenas dois estados fugiam a essa regra. O AC com maiores proporções para migrantes, sinalizando domicílios menores para esses e o DF, onde ocorre o contrário, possivelmente pelo alto custo de moradia e a formação por parte do migrante de domicílios maiores. A relação direta observada no gráfico 1 para não-migrantes não é observada para migrantes. O gráfico 2 mostra que a correlação é muito mais fraca com $R^2 = 0,104$.

TABELA 19

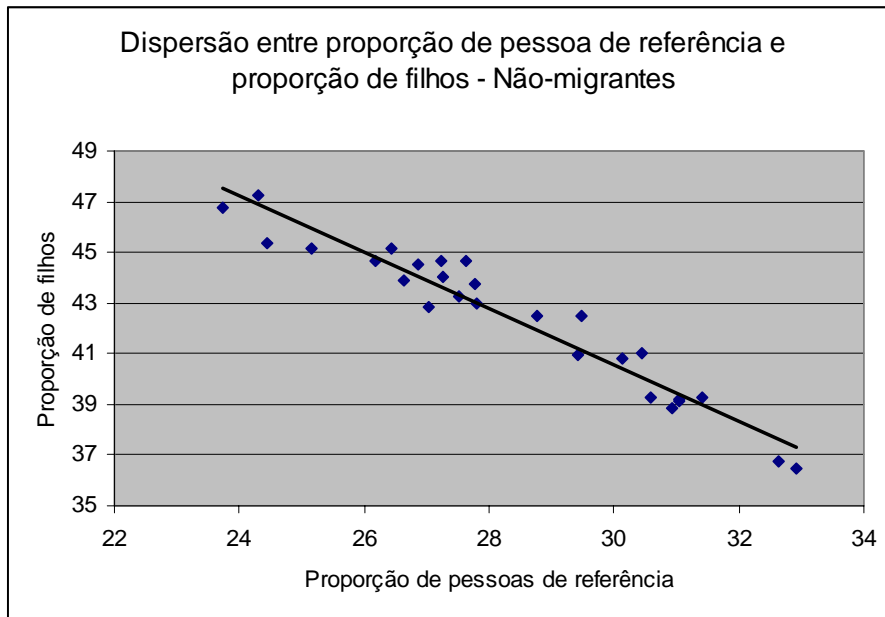
Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado – proporção de pessoas no domicílio que são chefes de domicílio – 1995/2000

Estado	Proporção de pessoas no domicílio que são chefes de domicílio		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	26,9	30,9	4,1
Alagoas	26,4	25,7	-0,7
Amapá	24,3	25,3	1,0
Amazonas	23,7	25,2	1,4
Bahia	27,2	27,1	-0,1
Ceará	26,6	27,0	0,3
Distrito Federal	30,4	25,7	-4,7
Espírito Santo	30,1	30,1	-0,1
Goiás	31,4	30,5	-0,9
Maranhão	25,2	24,2	-0,9
Mato Grosso	29,4	30,0	0,6
Mato Grosso do Sul	30,6	30,2	-0,4
Minas Gerais	29,5	29,6	0,1
Pará	24,4	25,1	0,6
Paraíba	27,5	27,4	-0,1
Paraná	31,1	30,7	-0,4
Pernambuco	27,8	28,2	0,4
Piauí	26,2	25,7	-0,5
Rio de Janeiro	32,6	31,0	-1,6
Rio Grande do Norte	27,0	27,2	0,1
Rio Grande do Sul	32,9	32,1	-0,8
Rondônia	28,8	28,7	-0,1
Roraima	27,3	27,1	-0,2
Santa Catarina	30,9	30,9	0,0
São Paulo	31,0	29,7	-1,4
Sergipe	27,6	28,7	1,1
Tocantins	27,8	27,8	0,0

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

GRÁFICO 1

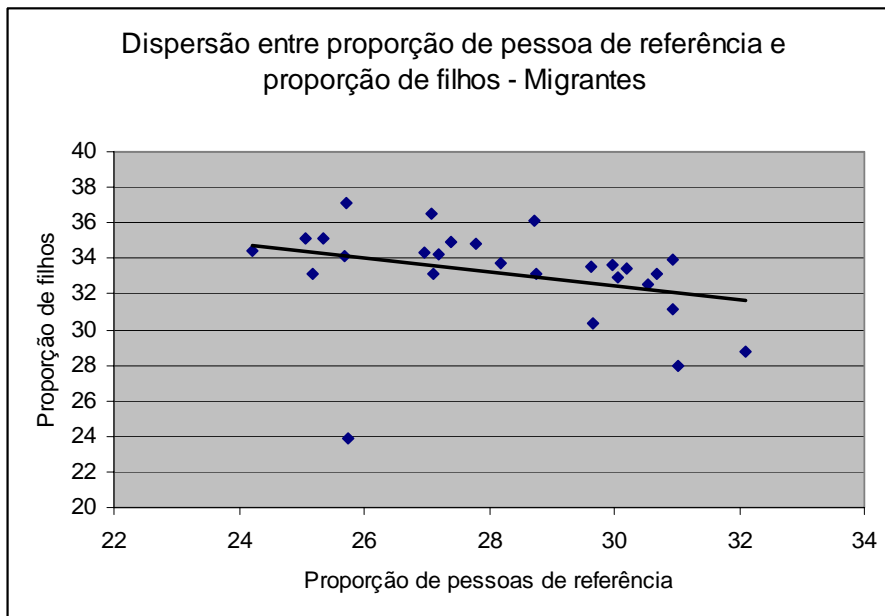
Dispersão de valores entre as proporções de pessoa de referência e proporção de filhos para não-migrantes por estado – 1995/2000



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

GRÁFICO 2

Dispersão de valores entre as proporções de pessoa de referência e proporção de filhos para migrantes por estado – 1995/2000



Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

A Tabela abaixo mostra a proporção de cônjuges. Nota-se que aqui existe um quadro muito claro. Em todos os estados a proporção para migrantes é maior do que para não-migrantes sinalizando para uma proporção de domicílios sem casal muito menor entre os primeiros, uma vez que não foi observada essa mesma tendência para chefe de domicílio.

TABELA 20
Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado – proporção de pessoas no domicílio que são cônjuges – 1995/2000

Estado	Proporção de pessoas no domicílio que são cônjuges		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	19,4	20,2	0,8
Alagoas	18,7	21,2	2,6
Amapá	17,1	19,8	2,7
Amazonas	17,3	19,1	1,8
Bahia	18,3	20,7	2,4
Ceará	19,4	20,9	1,5
Distrito Federal	19,8	20,0	0,2
Espírito Santo	21,7	23,6	1,9
Goiás	21,8	23,4	1,6
Maranhão	18,3	20,1	1,9
Mato Grosso	21,4	24,3	2,8
Mato Grosso do Sul	21,7	23,9	2,2
Minas Gerais	20,4	22,6	2,2
Pará	18,0	20,3	2,3
Paraíba	19,6	21,3	1,6
Paraná	22,9	24,3	1,3
Pernambuco	19,1	21,7	2,7
Piauí	19,3	19,6	0,3
Rio de Janeiro	21,1	23,8	2,7
Rio Grande do Norte	19,6	22,0	2,4
Rio Grande do Sul	23,1	25,5	2,4
Rondônia	21,7	23,7	2,0
Roraima	19,2	21,0	1,8
Santa Catarina	23,8	25,2	1,4
São Paulo	21,9	24,0	2,1
Sergipe	18,7	22,5	3,9
Tocantins	19,8	21,5	1,6

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

A Tabela 21 mostra a proporção de filhos, onde também se verifica uma diferença muito grande entre não-migrantes e migrante. A proporção para filhos para migrantes era menor do que para não-migrantes em todos os estados. A diferença variava de aproximadamente -6 para o MS e PR até -17,2 para o DF.

TABELA 21

Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado – proporção de pessoas no domicílio que são filhos – 1995/2000

Estado	Proporção de pessoas no domicílio que são filhos		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	44,5	34,0	-10,5
Alagoas	45,2	37,2	-8,0
Amapá	47,2	35,2	-12,1
Amazonas	46,8	33,1	-13,6
Bahia	44,6	33,2	-11,5
Ceará	43,9	34,4	-9,5
Distrito Federal	41,0	23,8	-17,2
Espírito Santo	40,8	33,0	-7,8
Goiás	39,3	32,5	-6,8
Maranhão	45,2	34,4	-10,7
Mato Grosso	40,9	33,7	-7,3
Mato Grosso do Sul	39,2	33,4	-5,8
Minas Gerais	42,5	33,5	-9,0
Pará	45,3	35,1	-10,2
Paraíba	43,2	34,9	-8,3
Paraná	39,1	33,1	-6,0
Pernambuco	43,0	33,7	-9,3
Piauí	44,7	34,1	-10,6
Rio de Janeiro	36,8	28,0	-8,8
Rio Grande do Norte	42,9	34,3	-8,6
Rio Grande do Sul	36,5	28,7	-7,8
Rondônia	42,5	36,1	-6,4
Roraima	44,0	36,5	-7,5
Santa Catarina	38,8	31,2	-7,7
São Paulo	39,2	30,3	-8,9
Sergipe	44,7	33,1	-11,6
Tocantins	43,8	34,8	-8,9

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

A Tabela 22 mostra a proporção de “outros parentes”. Aqui também se verifica que existe um quadro muito claro de diferença para os grupos de não-migrantes e migrantes. Em todos os estados, a proporção para migrantes é maior do que para não-migrantes sinalizando para uma complexidade maior do arranjo domiciliar com a presença maior de domicílios estendidos para os primeiros.

TABELA 22

Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado – proporção de pessoas no domicílio que são parentes – 1995/2000

Estado	Proporção de pessoas no domicílio que são parentes		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	8,3	11,5	3,2
Alagoas	9,1	13,6	4,5
Amapá	10,3	15,4	5,1
Amazonas	11,3	18,6	7,3
Bahia	9,1	15,3	6,2
Ceará	9,0	13,6	4,5
Distrito Federal	7,6	21,0	13,4
Espírito Santo	6,8	11,0	4,2
Goiás	7,1	11,6	4,6
Maranhão	10,4	16,9	6,5
Mato Grosso	7,5	10,2	2,6
Mato Grosso do Sul	7,9	10,5	2,6
Minas Gerais	7,1	11,7	4,6
Pará	11,0	15,6	4,6
Paraíba	9,0	13,5	4,5
Paraná	6,5	10,0	3,6
Pernambuco	9,5	13,9	4,3
Piauí	8,9	15,4	6,5
Rio de Janeiro	8,8	13,8	5,0
Rio Grande do Norte	9,7	13,7	4,0
Rio Grande do Sul	6,9	11,2	4,3
Rondônia	6,4	9,6	3,2
Roraima	8,4	12,5	4,1
Santa Catarina	5,9	10,2	4,3
São Paulo	7,4	13,6	6,2
Sergipe	8,4	12,6	4,3
Tocantins	7,9	12,6	4,7

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

A Tabela 23 mostra que a extensão domiciliar dos domicílios dos migrantes não se restringe a parentes. A proporção de pessoas não-parentes nos domicílios de migrantes foi maior em todos os estados. Note os valores elevados para o DF.

Pelos dados de composição domiciliar, pode-se dizer que os domicílios de migrantes apresentam maiores proporções de casais com poucos ou nenhum filho e com agregados parentes ou não.

TABELA 23

Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado – proporção de pessoas no domicílio que são não-parentes – 1995/2000

Estado	Proporção de pessoas no domicílio que são não-parentes		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	0,9	3,3	2,4
Alagoas	0,6	2,3	1,7
Amapá	1,0	4,3	3,3
Amazonas	0,9	4,0	3,1
Bahia	0,7	3,8	3,1
Ceará	1,1	4,2	3,2
Distrito Federal	1,2	9,4	8,3
Espírito Santo	0,6	2,4	1,8
Goiás	0,5	2,0	1,5
Maranhão	0,9	4,3	3,3
Mato Grosso	0,7	1,9	1,3
Mato Grosso do Sul	0,6	2,0	1,4
Minas Gerais	0,5	2,6	2,0
Pará	1,2	4,0	2,8
Paraíba	0,7	3,0	2,3
Paraná	0,4	1,9	1,5
Pernambuco	0,6	2,5	1,9
Piauí	1,0	5,2	4,3
Rio de Janeiro	0,7	3,5	2,8
Rio Grande do Norte	0,8	2,9	2,1
Rio Grande do Sul	0,5	2,5	2,0
Rondônia	0,6	1,9	1,2
Roraima	1,1	2,9	1,8
Santa Catarina	0,5	2,5	2,1
São Paulo	0,5	2,5	2,0
Sergipe	0,6	3,0	2,4
Tocantins	0,7	3,3	2,5

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Setor urbano/rural

A última seção deste estudo trata dos diferenciais entre não-migrantes e migrantes com relação a moradia na zona urbana ou rural. Dada a complexidade de definição do que seja cada uma dessas zonas segue uma descrição sobre cada uma delas. Segundo a documentação do Censo Demográfico de 2000, o local de moradia da pessoa podia ser classificado como:

- A) área urbanizada de vila ou cidade (setor urbano situado em áreas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana);
- B) área não urbanizada de vila ou cidade (setor urbano situado em áreas localizadas dentro do perímetro urbano de cidades e vilas reservadas à expansão urbana ou em processo de urbanização; áreas legalmente definidas como urbanas, mas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural);

- C) área urbanizada isolada (setor urbano situado em áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal); rural - extensão urbana (setor rural situado em assentamentos situados em área externa ao perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua extensão);
- D) rural – povoado (setor rural situado em aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas);
- E) rural – núcleo (setor rural situado em aglomerado rural isolado, vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), privado ou empresarial, dispondo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados);
- G) rural - outros aglomerados (setor rural situado em outros tipos de aglomerados rurais, que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados, e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.);
- H) rural - exclusive os aglomerados rurais (setor rural situado em área externa ao perímetro urbano, exclusive as áreas de aglomerado rural).

A Tabela 24 mostra os resultados relativos obtidos para não-migrantes e a Tabela seguinte mostra os dados relativos para migrantes. Note que a zona urbana era composta pelas três categorias pela área urbanizada de vila ou cidade, área não urbanizada de vila ou cidade e área urbanizada isolada. É claro o predomínio da primeira. Assim, a discussão para o urbano será centrada apenas nas proporções de pessoas na zona urbana, resultado apontado em negrito na Tabela. Verifica-se que no Brasil os migrantes eram mais urbanizados do que os não-migrantes: 83,7% contra 80,9%. A Região Sul apresentava um perfil semelhante ao brasileiro. As regiões Norte e Nordeste tinham migrantes mais urbanizados que os não-migrantes e para as regiões Sudeste e Centro-Oeste ocorria o contrário.

TABELA 24
Distribuição de não-migrantes por tipo de área segundo o caráter de urbanização por região de moradia – 1995/2000

Urbanização - Não migrante	Região					Brasil
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Área urbanizada	68,7	67,5	89,2	78,5	85,7	79,7
Área não urbanizada	0,6	0,4	0,6	1,4	1,1	0,7
Área urbanizada isolada	0,0	0,4	0,8	0,8	0,6	0,6
Zona urbana	69,4	68,3	90,6	80,6	87,3	80,9
Área rural de extensão urbana	0,5	0,4	0,9	0,3	0,2	0,6
Aglomerado rural (povoado)	3,6	5,0	0,5	0,4	0,8	2,0
Aglomerado rural (núcleo)	0,3	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1
Aglomerado rural (outros)	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
Área rural exclusive aglomerado rural	26,2	26,1	7,9	18,6	11,5	16,3
Zona rural	30,6	31,7	9,4	19,4	12,7	19,1

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

Quanto a zona rural, composta de quatro categorias e com os resultados mostrados em negrito, nota-se que a área rural exclusive aglomerado rural predomina para todas as regiões, mas que para as regiões Norte e Nordeste, o aglomerado rural (povoado) também tem um peso relativo não desprezível, principalmente para migrantes.

TABELA 25
Distribuição de migrantes por tipo de área segundo o caráter de urbanização por região de moradia – 1995/2000

Urbanização - Não migrante	Região					Brasil
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Área urbanizada	73,4	76,2	86,9	80,6	80,4	81,5
Área não urbanizada	1,3	0,5	1,1	1,9	1,3	1,1
Área urbanizada isolada	0,0	0,8	1,3	1,1	1,2	1,0
Zona urbana	74,7	77,5	89,3	83,6	82,9	83,7
Área rural de extensão urbana	0,5	1,2	1,0	0,3	0,2	0,8
Aglomerado rural (povoado)	3,9	4,4	0,5	0,8	0,8	1,7
Aglomerado rural (núcleo)	0,8	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2
Aglomerado rural (outros)	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Área rural exclusive aglomerado rural	20,0	16,5	9,1	15,1	15,9	13,5
Zona rural	25,3	22,5	10,7	16,4	17,1	16,3

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

A última das Tabelas a ser discutida aqui compara o grau de urbanização para não-migrantes e migrantes para estados. Alguns dos estados tinham um grau de urbanização superior a 90% para não-migrantes e migrantes como SP, RJ e DF. Por outro lado, RO e MA apresentavam valores menores que 70% para ambos os grupos. Mas a principal informação da Tabela está contida na última das colunas com a diferença entre os dois grupos. Na maioria dos estados, o migrante tendia a ser mais urbanizado do que o não-migrante. Em alguns estados, como PI, BA e AM a diferença no grau de urbanização entre os dois grupos era mais do que 10% em favor dos migrantes. Em seis estados, RJ, DF, SP, RO, MT e MS, os não-migrantes eram mais urbanizados do que migrantes. Os três primeiros já são muito urbanizados e os migrantes tendem a viver em regiões mais ruralizadas. Os três últimos têm uma vocação para atividades no setor primário.

TABELA 26

Comparação entre migrantes e não-migrantes por estado – grau de urbanização – 1995/2000

Estado	Grau de urbanização		
	Não-migrantes	Migrantes	Diferença
Acre	66,2	70,8	4,6
Alagoas	67,4	74,0	6,7
Amapá	89,2	91,9	2,7
Amazonas	74,2	85,0	10,8
Bahia	66,1	78,7	12,6
Ceará	70,9	80,2	9,3
Distrito Federal	95,9	93,7	-2,1
Espírito Santo	79,1	82,7	3,6
Goiás	87,8	87,9	0,1
Maranhão	58,9	66,0	7,1
Mato Grosso	80,7	72,8	-7,9
Mato Grosso do Sul	85,3	75,2	-10,1
Minas Gerais	81,6	85,0	3,4
Pará	65,9	72,0	6,1
Paraíba	70,3	79,0	8,7
Paraná	81,3	81,9	0,7
Pernambuco	75,8	83,8	8,0
Piauí	62,0	75,9	13,9
Rio de Janeiro	96,1	94,8	-1,3
Rio Grande do Norte	73,0	75,2	2,2
Rio Grande do Sul	81,4	84,4	3,0
Rondônia	64,1	63,8	-0,4
Roraima	75,6	79,9	4,3
Santa Catarina	77,9	85,5	7,6
São Paulo	93,7	90,3	-3,4
Sergipe	70,5	79,4	8,9
Tocantins	73,7	79,0	5,3

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Dados trabalhados.

CONCLUSÃO

O objetivo central desse trabalho foi comparar não-migrantes e migrantes em uma análise descritiva. Verificou-se que esses grupos diferiam em muitos aspectos. Os migrantes apresentaram um predomínio feminino maior do que os não-migrantes. Em um estudo sobre diferenciais entre migrantes e não-migrantes em MG (Golgher, 2001), verificou-se, a partir da aplicação de micromodelos logísticos, que os homens eram mais móveis no curto prazo. Mas como as mulheres tendiam a permanecer por mais tempo em seu local de destino, no médio prazo, a mobilidade do sexo feminino era maior. Ou seja, o tempo da migração era importante na determinação do sexo que apresentava a maior mobilidade.

Um outro aspecto que diferencia a mobilidade entre os sexos é a distância envolvida na migração. Segundo Golgher e Araújo (2004), em migrações de curta distância, as mulheres são mais móveis, e o contrário ocorre em migrações mais longas.

Os diferenciais observados para a idade foram os esperados pela descrição do migrante típico. Os jovens a partir de 15 anos tendem a ser mais susceptíveis a troca de local de domicílio que idosos.

Quando se comparam os grupos segundo a raça, não foi observada uma tendência clara de maior mobilidade de qualquer um deles. Verificou-se que existia uma homogeneização em 20 estados brasileiros e uma maior concentração em 7. Como verificado por Golgher e Araújo (2004), a distância também era decisiva para determinar qual era o grupo de raça com maior mobilidade. Os negros/pardos/indígenas eram mais móveis para migrações curtas e o contrário era observado para etapas longas de migração.

Quanto a escolaridade e renda, o quadro é muito claro e está de acordo com o descrito para o migrante típico. Pessoas com maior escolaridade e renda aparecem em maiores proporções entre os migrantes.

Os trabalhadores do setor de serviços apresentam, de forma geral, uma maior mobilidade que os demais, fato esse observado aqui. O contrário ocorre com trabalhadores do setor primário, o que também foi verificado neste trabalho. Aqui foi notada uma maior proporção de trabalhadores na indústria entre os migrantes em comparação aos não-migrantes.

O domicílio do migrante difere em muito com relação ao do não-migrante. Para esse último grupo, a família nuclear com casal e filhos é numericamente mais significativa do que para migrantes. Os migrantes aparecem em maiores proporções como extensão da família nuclear tanto como parente como formando agregados.

Por fim, os migrantes eram mais urbanizados do que os não-migrantes, mas o quadro se revertia principalmente no Centro-Oeste.

Esse primeiro estudo apresentado aqui é complementado por outros três. No seguinte, são discutidos os fluxos entre estados no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, J; MACHADO, C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. *Rev. Bras. Estudos Pop.*, Campinas, v.9, n.1, 1992.
- CASTIGLIONI, A. *Migration, urbanisation et développement: le cas de l'Espírito Santo - Brésil*. Ciaco Editeur, 1989.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. *Censo Demográfico do Brasil*, 2000.
- GOLGHER, A. Determinantes da migração e diferenciais entre migrantes e não-migrantes em Minas Gerais. Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001 (tese, doutorado).
- GOLGHER, A. e ARAÚJO, A. Migrantes e não-migrantes em Minas Gerais: a influência de fatores pessoais e de contexto socioeconômico e criminal, *Revista de Economia e Administração, IBMEC-SP*, abril/junho, v.3, n.2, pp 111-134, 2004.
- MEDEIROS, M., OSÓRIO, R. e VARELLA, S. O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 e 1999, Texto para Discussão nº 860, IPEA, Rio de Janeiro, 2002.
- RIGOTTI, I e CARVALHO, J. As migrações na grande região centro-leste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1, Curitiba, 1997. *Anais...*, Curitiba: IPARDS/FNUAP, 1998, p.67-90.